

PAULO E A ÉTICA DA LIBERDADE: por um agir humanizador e libertador da vida

* Professor de Teologia
Moral no ITESP.

Luiz Augusto de Mattos*

Resumo:

Luiz Augusto de Mattos apresenta um ensaio tendo por eixos a liberdade no âmbito da teologia e da ética em diálogo com a teologia dos escritos paulinos de modo especial a Carta aos Gálatas. A fé e a liberdade em Paulo não são compreensíveis fora do horizonte do amor; caindo fora disto entra-se nos ditames das normas e leis. Assim a superação do moralismo e do farisaísmo passam pelos gestos do serviço, da solidariedade, da partilha do poder e saber. Para de Mattos não há liberdade genuína fora do risco da fé. Em Paulo, a liberdade como critério da vida no Evangelho supera o sistema judaico e as garantias legais, o sistema romano de bajulação e prestígio, e até os limites da comunidade cristã (dimensão missionária) e os seus próprios limites. Por fim o autor, considerando a trajetória de Paulo diante da busca da liberdade, nos convida a tirarmos as conseqüências para nós mesmos, para as nossas estruturas eclesiais e, especialmente, para a dimensão ética do ser humano.

Palavras-chave:

São Paulo: Liberdade; Teologia Paulina; São Paulo: Ética

Abstract

Luiz Augusto de Mattos deals in this essay with freedom. This subject is seen in the realm of Theology and Ethics in dialogue with the theological dimensions of the Paul writings, with special attention to the Galatians Letter. Faith and Freedom are not understandable outside of Love horizons, in Paul thought; leaving this realm we are under the dictatorial hand of the laws and norms. So, in order

to overcome moralism and farisaism we need deeds of service, solidarity and sharing power and knowledge. Authentic freedom, de Mattos argues, is not possible outside of Faith challenge. In Paul writings, Freedom as criteria for evangelical life, overcomes the Jewish religious laws and is warranties, the Roman system and its flattering, and even Christian communities limits (need for missionary dimensions) e his personal limits. At the end de Mattos, having in mind Paul long way on search for the true Freedom and his wisdom, invites us draw down the consequences to us, to our ecclesiastical structures and, mainly, to the ethical dimensions of the human being.

Key words:

Paul: Freedom; Saint Paul Theology; Paul: Ethics

Um grande e importante desafio para a reflexão teológica é conseguir chegar a uma compreensão mais autêntica possível de quem foi Paulo *no e para* o início do cristianismo — sobretudo na sua perspectiva teológica, na sua estratégia missionária, na sua postura de homem livre frente ao instituído, no seu crer utópico e no pensamento alternativo para o agir humano. Por isso, tudo se torna ainda mais interessante quando se tem como proposta encontrar nos escritos paulinos critérios ético-teológicos para um repensar da teologia moral ou para um reorientar do comportamento humano e da comunidade eclesial em vista de uma ação mais humana, alternativa e libertadora, sobretudo frente a um contexto fundamentalista, conservador e acomodado ao *status quo*. Nesse sentido, a presente reflexão vasculhará o cerne da teologia paulina no intuito de trazer luz e novidade para o agir.

Em algumas interpretações dos escritos paulinos ou em algumas passagens citadas como de Paulo, pode-se encontrar uma visão que parece distante daquela presente nas cartas aos Gálatas e aos Romanos.¹ Autores estudiosos dos escritos paulinos chegam a falar de *obliterações pseudopaulinas, pós-paulinas e antipaulinas*.² Torna-se um imperativo procurar chegar ao Paulo que não é rigorista, fundamentalista, contraditório, intolerante, por exemplo, com as mulheres e os escravos, mas que apresenta uma proposta nova e radical para a experiência existencial dos seres humanos: *já não és escravo, mas filho* (Gl 4,7), e tens um sonho de mundo novo (Rm 8,18-28). A liberdade, que relativiza as normas e exige que a pessoa humana assuma com responsabilidade a vida, dá uma perspectiva nova e ousada de como viver uma verdadeira não-escravidão (=libertação). Escravidão construída pela dependência do poder do rei ou do império, do poder das leis, do Templo, dos escribas, dos sacerdotes, situação que nega o transformar todos em *armas de justiça a serviço de Deus* (Rm 6,13).

¹ Cf. C. MESTERS, *Paulo apóstolo: um trabalhador que anuncia o evangelho*. São Paulo, Paulus, s/d., pp. 70-71.

² Cf. J. D. CROSSAN — REED, J. L., *Em busca de Paulo*. Como o apóstolo de Jesus opôs o Reino ao Império Romano. São Paulo, Paulinas, 2007, p. 10; E. S. FIORENZA, *A práxis do discípulo co-igual*. In HORSLEY, R. A. (Ed.), *Paulo e o império*. Religião e poder na sociedade imperial romana. São Paulo, Paulus, 2004, p. 223.

Enfim, Paulo como sujeito com *consciência coletiva* sonha com uma comunidade e um mundo sem diferenças discriminadoras (Gl 3,38) e sem maldade (Gl 1,4) — é importante

*sublinhar que sua visão do mundo, fruto do seu ambiente opressivo e nada fácil para os pobres... se caracteriza por uma utopia: Paulo anseia por uma sociedade de iguais, onde reine a solidariedade. Se teve problemas com a sua sociedade, foi exatamente porque o seu evangelho exigia um modo de vida que não estava de acordo com o padrão de vida da sociedade greco-romana, em que a igualdade era quase inconcebível.*³

³ Cf. E. TAMEZ, *Contra toda condenação*. A justificação pela fé, partindo dos excluídos. São Paulo, Paulus, 1995, pp. 69-70.
⁴ Cf. J. COMBLIN, *Vocação para a liberdade*. São Paulo, Paulus, 1998, pp. 43-44; W. A. MEEKS, *As origens da moralidade cristã*. Os dois primeiros séculos. São Paulo, Paulus, 1997, p. 178.

Quero acreditar, e por isso mostrar, que Paulo não está em contradição com sua *proposta teológica sobre a justiça de Deus e a justificação pela fé*, justificação como libertação da Lei que discrimina e exclui.⁴

1. A LIBERTAÇÃO DA MORAL NA EXPERIÊNCIA DO AMOR

⁵ Cf. J. I. GONZÁLEZ FAUS, *El rostro humano de Dios*. De la revolución de Jesús a la divinidad de Jesús. Santander, Sal Terrae, 2007, pp. 121-163.

A luta mais importante de Paulo pode-se dizer que foi contra a *Lei* que encarnava a visão judia da moral.⁵ O apóstolo percebe que o seu povo não vivia na liberdade e toda a submissão proclamada à lei de Deus não o tornava liberto; vale dizer, a lei não superava a escravidão, mas tornava o povo escravo. Não existe nenhum preceito obrigatório. O risco é cair na inautenticidade, pelo fato de que uma vida a partir da legislação pode levar à *uniformidade da ação*.

Nessa ótica Paulo vai usar o termo *lei* em cima de duas conotações que ele designa de *revelatória* e *legalista*, e ao mesmo tempo procurava compreender como a comunidade vivia em referência a essas duas atitudes.⁶ A respeito dessas atitudes pode-se dizer: uma

⁶ Cf. J. MURPHY-O'CONNOR, *A antropologia pastoral de Paulo*. Tornar-se humanos juntos. São Paulo, Paulus, 1994, pp. 205-208.

*é o reconhecimento da lei como a revelação da vontade e intenção de Deus; e a outra é a tentativa de usar da lei para estabelecer a própria justiça. O cristão, argumenta, deve-se submeter às exigências da lei enquanto revelação da vontade de Deus, rejeitando ao mesmo tempo toda tentação de colocá-la a serviço de sua própria ambição egoísta. Essa distinção é sem sentido em termos práticos. Quando visualizados como excertos da divina vontade, as diretivas morais só se podem entender como obrigatórias absolutamente, o que torna inevitável uma atitude legalística. Não há escolha alguma senão submeter-se, e a atenção inteira do crente focalizará na satisfação de obrigações específicas. É precisamente quando a lei é entendida como revelatória que temos a situação que Paulo condena tão radicalmente em Rm 2,17-20...*⁷

⁷ Idem, pp. 206-207

O que se espera é que a autenticidade da vida brote por um agir desde as exigências específicas da vontade de Deus (Cl 1,9; 4, 12), o que é possível numa vida transformada (Rm 12,2). Enfim, os escritos paulinos jamais falam de obediência a um preceito ou lei — a obediência é sinônimo de fé (Rm 6,16; 10,17; 16, 26), a saber, testemunho de uma vida que Cristo demonstrou (Rm 5,19).

Há que compreender que as normas cúlticas ou rituais não preocupavam Paulo, desde que não fossem vistas como obrigações para se conseguir a salvação, ou seja, o ruim é atribuir às leis e normas um caráter meritório, salvífico ou de obrigatoriedade em nome da salvação, da liberdade. A preocupação não devia ser com o preceito de se comer ou não determinada alimentação, mas sim de ser fraterno e solidário com o outro.⁸ A recusa da aquiescência míope a uma diretiva autoritária sempre se apresentou como um princípio do qual não abriu mão.

Dada a posição central que Cristo tem na teologia de Paulo, pode-se admitir que se alguma diretiva portasse autoridade obrigatória, seria uma ordem do Senhor. Isso ilumina a importância da forma em que Paulo reagiu às duas ordens do Senhor que cita. A primeira diz respeito à atitude dos pregadores. O Senhor ordenou que os que proclamam o Evangelho ganhem a vida pelo Evangelho (1Cor 9,14). Em outros termos, os ministros do evangelho deviam dedicar sua atenção toda à sua tarefa e não deviam desperdiçar tempo ganhando a vida; Paulo recusou-se a reconhecer essa ordem como obrigação e a reclassificou como um direito (1Cor 9,12.18), do qual se gloriou de não usar (1Cor 9,15). (...) A segunda diretiva referia-se ao divórcio. Este era proibido em forma de preceito negativo que não permitia nenhuma exceção (1Cor 7,10-11), mas Paulo, visualizando um caso que justificava fazer exceção, permitiu o divórcio (1Cor 7,15).⁹

Nesses casos o apóstolo se confronta com os preceitos do Senhor, nem por isso os tratou como tendo força vinculante, mas os analisou à luz do discernimento crítico.

As diretivas de Paulo são essencialmente educativas. Querem orientar os que mudaram de uma experiência egocêntrica de existência no mundo a uma experiência de ser *em Cristo*. Sendo que as diretivas não podiam ser tomadas muito a sério pelo fato de poderem se transformar em preceitos vinculantes, o que levaria à inautenticidade. Daí insistir na carta aos Gálatas em uma vida na liberdade, porque de outra forma os seus trabalhos em favor deles serão em vão (Gl 4,11).

A teologia paulina quer mostrar também a conexão entre lei e morte. *A Lei não salva do pecado, mas ao contrário a lei dá vida ao pecado: 'a força do pecado é a lei' (1 Cor 15,56).*

⁸ Cf. G. THEISSEN, *La religión de los primeros cristianos*. Madrid, Sigueme, 2002, pp. 198-199.

⁹ J. MURPHY-O'CONNOR, *A antropologia pastoral de Paulo*, op. cit., p. 207-208.

¹⁰Cf. P. RICHARD, *O fundamento material da espiritualidade* (Rm 8,1-17 e 1Cor 15,35-58). Em *ESTUDOS BÍBLICOS*, 7 (1987), p. 75. O autor ainda afirma que em Paulo o pecado é a força da carne, isto é, a força que orienta o homem para a morte. Pecado-carne-morte são termos que designam um só processo. *O pecado reina pela morte* (Rm 5,21). (...) *O agulhão da morte é o pecado* (1Cor 15,56). Trata-se aqui da morte total, do homem corpo-alma. O pecado se define por essa morte. *Tudo aquilo que mata é pecado, e só é pecado aquilo que mata, tanto o corpo como a alma* (p. 75). Também deve-se saber que em Paulo não se pode identificar carne com corpo e espírito com alma. O antagonismo carne-espírito atravessa tanto a alma como o corpo do ser humano, e carne-espírito são duas tendências ou aspirações do ser humano total.

¹¹ Cf., por exemplo, 1Cor 6.

¹² Como lembra o teólogo Juan Luis Segundo: *Paulo nunca chama de espiritual, isto é, divina (= tendência produzida por Deus), a Lei de Moisés. Trata-se aqui, pois, da lei cristã do amor. Deus, que nos faz criadores à sua imagem e semelhança, coloca o amor, como força motivadora de nossas ações, no mais íntimo de nós mesmos.* Cf. J. L. SEGUNDO, *Que mundo? Que Homem? Que Deus?* Aproximações entre ciência, filosofia e teologia. São Paulo, Paulinas, 1995, pp. 352-353.

*A lei devemos essa fecundidade de morte que se ativa em nosso corpo (cf. Rm 7,5). '... da lei só nos vem o conhecimento do pecado' (Rm 3,20). A lei dá o conhecimento do pecado, mas não nos salva do pecado, pois 'a lei traz consigo a ira' (4,15). Com a lei, o pecado se multiplica (cf. Rm 5,20). Há uma conexão essencial entre lei-pecado-carne-morte. A lei dá força ao pecado, o pecado dá vida à carne, a qual é tendência do homem para a morte. Temos aqui uma ética da morte, radicalmente antagônica à vida segundo o Espírito.*¹⁰

Ocorre também uma compreensão errada quando se diz que Paulo discorda de qualquer preceito moral. Não se quer excluir do povo de Deus todos os preceitos, todas as normas jurídicas, todas as leis. Paulo justifica a presença de normas, quando, por exemplo, diz:

Nós, que somos mais fortes, devemos suportar as fraquezas dos fracos e não buscar a nossa própria satisfação. Cada um de nós procure agradar ao próximo, em favor do bem para a construção (Rm 15,1-2).

Os fracos precisam de normas, estruturas e leis, como os judeus-cristãos que não conseguem emancipar-se das tradições relativas às carnes vendidas pelos pagãos. Por isso se afirma:

... se por causa do que comes, o teu irmão se entristece, já não procedes conforme o amor (Rm 14,15); *Visemos, pois, àquilo que promove a paz e a edificação mútua. Não destruas por amor a uma comida a obra de Deus. Todas as coisas são puras; mas é coisa má para aquele que, ao comer, causa escândalo pelo que come* (Rm 14,19-20).

E mais. O que se quer é modificar a perspectiva de quaisquer sistemas de normas — as normas devem proceder da vontade de ser caridoso. Não se pode confundir o conteúdo das ações morais com o caráter de imposição moral. Há atitudes e práticas de acordo ou não com o ser livre.¹¹

A libertação do moralismo, ou de uma sujeição escravizadora à norma ou lei (=legalismo), dá-se pela experiência da bondade, ou seja, da *lei espiritual* (=lei cristã do amor).¹² Em outras palavras, o princípio é o seguinte:

Tudo é permitido; mas nem tudo é proveitoso. Tudo é permitido, mas nem tudo constrói. Ninguém busque o seu próprio interesse, mas o de outrem (1Cor 10,23-24).

O princípio é: no problema das carnes como no resto, não se trata de vincular a liberdade estabelecendo leis ou obrigações. Não se trata de restabelecer a lei depois de suprimi-la. Mas o amor exige que a pessoa não busque o seu próprio interesse, *mas leve em conta o interesse de outros. Trata-se, não de ceder a uma lei, mas de ceder a outra pessoa por amor à pessoa, não por amor a uma lei.* Pois antes de mais nada é preciso buscar o

entendimento com o outro, não afastá-lo da comunidade. Antes de mais nada é preciso construir. A construção da comunidade exige que a pessoa faça abandono da sua inspiração, da sua preferência. Não para ceder a uma lei superior ao homem, mas unicamente para ceder ao próximo no sentido de formar com ele a comunidade, de evitar a ruptura da comunidade... Desse modo, a unidade da comunidade não resulta da submissão de todos a regras consideradas como sendo superiores à comunidade, mas do amor ao próximo que busca o acordo.

*O valor da norma de conduta adotada não provém do pretendido valor duma regra em si, mas unicamente da vontade de sacrificar o interesse próprio por amor ao próximo e a vontade de manter a comunidade com ele.*¹³

O fundamental é construir uma vida alicerçada no amor, e não num sistema (de preceitos, leis, normas, estruturas, costumes).¹⁴ Paulo exorta à busca do fundamental para que as relações pessoais e comunitárias possam gerar a vida: o amor (Rm 13,8^a). Toda lei fica aquém da experiência do amor. Nessa ótica dizia S. Irineu:

*A lei não é necessária para nós como pedagogo; eis que conversamos com o Pai e diante dele estamos frente a frente, crianças quanto à malícia e adultos quanto à justiça e modéstia' (cf. 1 Cor 14,20). A Lei, com efeito, já não tem mais que dizer Não serás adúltero, a quem jamais teve desejo algum da mulher de outrem; nem Não matarás, a quem eliminou em si próprio toda ira e inimizade; nem Não desejarás o campo do teu próximo ou o seu boi ou seu asno, a quem está totalmente despreocupado das coisas desta terra e amontoa frutos para o céu; nem Olho por olho e dente por dente, a quem não considera a ninguém como inimigo seu, e, por essa razão, nem pode levantar a mão para vingar-se; os dizimos, a Lei não os exigirá de quem dedicou a Deus todos os seus bens, abandonou pai e mãe e família e seguiu o Verbo de Deus; nem haverá ordem de ficar sem fazer nada durante o dia de repouso para quem observa o sábado todos os dias, isto é, dá a Deus um culto no templo de Deus que é o corpo do homem e pratica a justiça em todos os tempos.*¹⁵

Para o apóstolo o que vale é a vivência do amor, ou seja, a capacidade de as pessoas se acolherem mutuamente, saberem se unir no importante e se respeitarem na diversidade. O amor não pratica o mal contra o próximo (Rm 14,10^a), por isso a necessidade de superar o conflito entre, por exemplo, fortes e fracos nas comunidades (cf. Rm 14, 15-23).¹⁶

A moral não faz nascer o ser humano bom, ético. A bondade, sim! Bondade (=caridade) que surge não da obrigação, senão de uma experiência amorosa na qual cremos, e da qual brota o melhor de cada um. Também é preciso entender, isso numa concepção

¹³ Cf. J. COMBLIN, *A liberdade cristã*. Petrópolis, Vozes, 1977, pp. 45-46, grifo meu

¹⁴ Idem, p. 43; E. TAMEZ, *Contra toda condenação*, op. cit., p. 168.

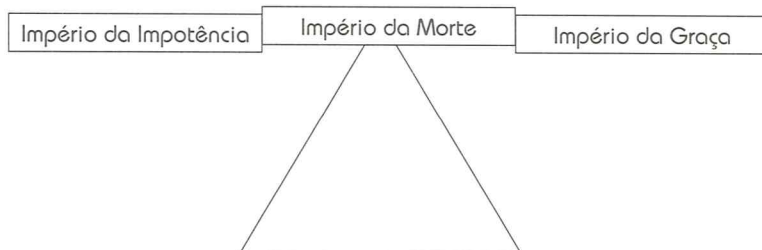
¹⁵ Cf. J. COMBLIN, *A liberdade cristã*, op. cit., pp. 37-38; IRÉNÉE DE LYON, *Démonstration de la prédication apostolique*. Paris, du Cerf, 1959, n. 96.

¹⁶ Cf. J. BORTOLINI, *Como ler a Carta aos Romanos*. O evangelho é a força de Deus que salva. São Paulo, Paulus, 1997, p. 105.

¹⁷ ...la paulina liberación de la Ley *não significa que no existan el bien y el mal. Significa que existen, y que la moral no sirve más que para ponerlo de relieve. Pues la moral no es el camino para superar la maldad del hombre; pretender volverlo bueno a base de moral sería como establecer un contrato con un ladrón: la consecuencia más probable sería la estafa...* Precisamente por eso, en un texto no fácil de entender, Pablo señala el carácter 'contractual' de la moral como causa de su fracaso para el hombre: fue promulgada por ángeles, si (y por eso sus contenidos son buenos), pero a través de un mediador. Y 'mediador' alude a dos (Dios y el hombre), entre los cuales se establece un cierto contrato. En cambio, la promesa es obra exclusiva de Dios (Gl 3,20). Cf. J. I. GONZÁLEZ FAUS, *El rostro humano de Dios*, op. cit., pp. 124-125.

¹⁸ Idem, pp. 135-136.

paulina, que a libertação da moral (=moralismo) não significa que a pessoa humana seja já um ser moralmente bom e que não necessita ser julgado em nenhum juízo ético.¹⁷ Pelo contrário, para Paulo o ser humano está num dinamismo (ou estado) de morte — *Todos pecaram e estão privados da glória de Deus* (Rm 3,23). Por isso, para a teologia paulina essa passagem leva às seguintes fases:¹⁸



O primeiro estado (Império da morte) quer revelar que mesmo quando não havia lei, o ser humano já pecava. O pecado reina independente da ação moral; o segundo estado (Império da impotência) indica que a moral é espiritual em seu conteúdo (Gl 3,19), mas *carnal* em seu modo de impor-se ao ser humano. Assim, a moral pode mudar o comportamento, mas não o coração — só serve para mostrar ao ser humano sua impotência: ... *eu não teria conhecido o pecado se não existisse a Lei, nem teria conhecido a cobiça se a Lei não tivesse dito: Não cobice. Mas o pecado aproveitou a ocasião desse mandamento e despertou em mim todo tipo de cobiça, porque, sem a Lei, o pecado está morto* (Rm 7, 7-8). O império da graça (Rm 8,1ss) quer falar da revelação do amor de Deus em Jesus Cristo que muda o coração, vale dizer, a única fonte de bondade é o amor gratuito de Deus.

Falar de um libertar-se da moral em Paulo implica compreender que isso só será possível na experiência do amor. O que importa não é viver a lei, as estruturas ou as normas, mas sim testemunhar ações que nascem de um coração amoroso, coerente e justo. Em outras palavras, a diferença do *homem novo* está na fonte do conhecimento moral que é o amor. Só o amor pode dissipar tudo que ameaça à unidade posta pela liberdade. Uma decisão moral inspirada e construída pelo amor que autodoa afirma e confirma a experiência comunitária — *Portai os fardos uns dos outros, e assim cumprí a lei de Cristo* (Gl 6,2), cujo único preceito é o amor.

Enfim, a libertação do moralismo ou do farisaísmo passa por gestos concretos de amor. Nesse sentido o apóstolo aponta os seguintes gestos:

O primeiro deles é o serviço: Coloquem-se a serviço uns dos outros no amor (Gl 5,13b). *A vida inteira de Jesus foi um*

serviço à vida: Ele entregou-se pelos nossos pecados para nos arrancar deste mundo mau (Gl 1,4^a); ele me amou e se entregou por mim (Gl 2,20b). Amar, portanto, é pôr-se a serviço da liberdade trazida por Cristo, a fim de que todos tenham vida. Amar é entregar-se. Quem não se entrega não ama.

O segundo gesto concreto é a solidariedade que provoca a partilha de tudo, inclusive do poder: Carreguem os fardos uns dos outros, e assim vocês estarão cumprindo a lei de Cristo. Se alguém pensa que é importante e não o é, está enganando a si mesmo. Cada um examine a sua conduta, e então achará motivo de satisfação em sua própria pessoa, e não por comparação com os outros (Gl 6,2-4). *A partir dessas recomendações podemos desconfiar que nas comunidades gálatas havia disputa pelo poder e busca de status social. Em outra passagem da carta, Paulo afirma que isso é coisa de quem quer aparecer (cf. Gl 6,12). A busca de poder e de status é um jugo que escraviza as comunidades.*

O terceiro gesto concreto é a partilha do saber e do poder ao mesmo tempo: Aquele que recebe o ensinamento da palavra deve repartir todos os bens com o catequista (Gl 6,6). *Já naquela época, a catequese (= o ensinamento da palavra) era uma tarefa em que empenhava boa parte do tempo e da vida do catequista. Este partilhava seu saber e sua fé com os catequizandos. Em sinal de solidariedade, os catequizandos partilhavam o que possuíam com os que lhes transmitiam os elementos básicos da fé.*¹⁹

Nessa experiência do amor a partir do serviço e da solidariedade através da partilha do poder, do ter e saber, as comunidades gálatas podiam testemunhar uma experiência alternativa naquela sociedade.

¹⁹ Cf. J. BORTOLINI, *Como ler a Carta aos Gálatas*. Evangelho da liberdade. São Paulo, Paulus, 1991, pp. 40-41.

2. A EXPERIÊNCIA DA FÉ NO AGIR ÉTICO

Desde o elemento da fé, experienciada no compromisso amoroso, o qual acolhe incondicionalmente, e que deseja a mudança para o bem da própria pessoa/comunidade/povo, e não para satisfazer estruturas, autoridades, pode-se ir encontrando força para vivenciar a bondade. A fé é a escolha de um modo de ser que é essencialmente comunitário, social, ou seja, uma nova maneira de ser com outros. *O valor humano... não reside, portanto, na moral, senão nessa fé que brota do amor e opera pelo amor.*

A fé, como Paulo a concebe em Romanos (cap. 1-2),
aponta para a atitude positiva e madura, que assume os (supostos) riscos da liberdade vencendo o temor. Mas, já em Gálatas, Paulo clama por ela, para que o homem se decida a

²⁰ Cf. J. L. SEGUNDO, *Que mundo? Que Homem? Que Deus?* op. cit., p. 347; J. I. GONZÁLEZ FAUS, *El rostro humano de Dios*, op. cit.,

*colocar o pedagogo em seu próprio lugar: Antes que chegasse a fé, nós éramos guardados sob a tutela da Lei... Assim, a Lei se tornou nosso pedagogo até Cristo... Chegada, porém, a fé, não estamos mais sob o pedagogo... (Gl 3,23-25).*²⁰

Com a *chegada da fé* (Gl 3,23) acontece a libertação da sujeição à Lei; passa-se da condição do ser escravo ou ser criança (Gl 4,1) para a condição de filhos, livres e sem discriminação, marginalização ou exploração de qualquer tipo (cf. Gl 3,28). Quando a Lei, ou as leis, ocupam lugar privilegiado na vida humana ou nas comunidades, abre-se o caminho para a escravidão e a injustiça. Nessa perspectiva não existem os privilegiados da Lei e os subordinados por estarem fora dela.

*Já que é pela fé e não pela Lei que nos tornamos justos, a salvação foi estendida a outros povos; a promessa de que na pessoa da Abraão serão abençoadas todas as nações (Gl 3,8) cumpre-se com a chegada de Cristo. (...) Ser justificado pela fé e não pela Lei judaica faz com que todos os que crêem se tornem participantes do povo de Deus. Este direito concedido a todos pela graça abre um espaço para novas manifestações de raça, de classe e de sexo. A circuncisão e a incircuncisão são atitudes secundárias, porque a partir de Cristo já não há qualquer outro mérito que tenha valor para a justificação, pois o que é importante e decisivo dentro desta nova criação é aquela caridade que brota da fé ou, o que vem a dar no mesmo, aquela fé que atua pela caridade (Gl 5,6; cf. Gl 6,15).*²¹

²¹ Cf. E. TAMEZ, *Contra toda condenação*, op. cit., p. 126-127.

²² Cf. C. MESTERS, *Carta aos Romanos*, op. cit., pp. 22-23.

Mais vale o *incircunciso* que vive a justiça e será juiz do falso judeu, pois o verdadeiro judeu é aquele que é por dentro e traz a circuncisão no coração *segundo o espírito e não segundo a Lei*. Circuncisão e Lei recebem valor se sinalizarem alguma coisa que está dentro do coração, na linha da liberdade e da vida.²²

Tudo indica que a finalidade da justificação é transformar a pessoa humana para uma experiência da prática da bondade e da justiça, e uma atitude de compromisso em resgatar a verdade aprisionada na injustiça ou nos instintos egoístas (cf. Rm 8,4). Obedecendo à fé e não à Lei é possível testemunhar uma nova vida, e os que optam por essa vida oferecem os *membros como instrumentos da justiça para Deus* (Rm 6,13).

Para não cometer desvios em nome da fé, como tem acontecido na história, é importante entender qual o lugar da fé na experiência cristã. A fé é um aspecto dum sistema de vida e do mundo que se opõem à lei: uma maneira de se viver que não favorece uma submissão a um sistema de opressão ou de morte. Ou seja: a fé da qual fala Paulo é a fé na força de Jesus que supera toda lei, cria no homem uma liberdade nova pela qual o homem se torna capaz de agir por amor. A fé é aquela que atua pela caridade a partir não já da lei ou da obediência à lei, mas da espontaneidade e da liberdade

do amor. A fé é o caminho que desemboca na liberdade,²³ ou, o caminho da libertação é a fé.²⁴ Viver a fé é lançar-se à experiência do novo, do risco e da incerteza; vale dizer, para Paulo,

*a fé é uma experiência de vida. É entrar na jogada de Deus. Não se reduz a acreditar em verdades (dogmas) mas é acreditar em Deus e colocar nas mãos dele a própria vida. É romper a barreira do possível pelo que aparentemente é impossível.*²⁵

A fé é um lançar-se para frente, é conquistar a estrada da liberdade diante das injustiças. A fé é um risco e uma aposta, não se sabe o que vem depois e acredita-se no caminho da vida. A partir da fé tudo recebe nova iluminação, profundidade, valor e sentido. É um ato ligado ao agir, nele o ser humano é provocado a descobrir a presença do outro, e ter compaixão do que sofre, a viver a tensão dialética entre o pessoal e o social. A fé é um impulso libertador e autolibertador.

Um agir moral que humaniza e liberta tem que nascer de uma experiência de fé que abre os olhos, dá sensibilidade e comunhão com cada realidade, e faz acreditar que é possível mudar tudo aquilo que discrimina e escraviza a vida. A fé que liberta é mais ortopráxis!²⁶ Para Paulo deve-se viver o tempo *da liberdade e da maioridade* (Gl 3,25-27.29; 4,1-3), superando a escravidão e menoridade que ocorre com a Lei.²⁷

3. PAULO E O CRITÉRIO DA LIBERDADE

No pensamento de Paulo a liberdade ocupa um lugar central. O apóstolo anuncia a liberdade como uma novidade da parte de Deus. Novidade formidável que atravessa a epístola aos Gálatas

*Irmãos, vocês foram chamados para serem livres (Gl 5,13); Cristo nos libertou para que sejamos verdadeiramente livres. Portanto, fiquem firmes e não se submetam de novo ao jugo da escravidão. (Gl 5,1).*²⁸

A liberdade na concepção de Paulo tem que atingir um nível mais radical e mais significativo para a existência humana, por ser uma capacidade de edificar a vida baseada no amor e não num sistema (costumes, normas, leis, estruturas, preceitos). E ainda: a liberdade não é realidade em um indivíduo em virtude da sua nascença, ou em razão de pertença a uma nação ou civilização. Ela é anunciada pelo Evangelho.²⁹

A liberdade pode ser compreendida em que modelo de experiência existencial? Se nenhuma instituição e nenhum contexto societário podem funcionar independentes de ordem e organização, regras e estruturas, o que significa ser livre ou viver em liberdade? Antes de tudo é preciso explicitar o que se entende por liberdade. Numa perspectiva paulina pode-se dizer que a

²³ Cf. J. COMBLIN, *A liberdade cristã*, op. cit., p. 23.

²⁴ Cf. I. DE LA POTTERIE, *La unión del cristiano por la fé*. In. DE LA POTTERIE I—LYONNET, S., *La vida según el espíritu*. Madrid, Sígueme, 1967, pp. 111-173.

²⁵ Cf. C. MESTERS, *Carta aos Romanos*, op. cit., p. 29.

²⁶ Cf. J. M. GONZÁLEZ-RUIZ, *O evangelho de Paulo*, op. cit., pp. 131-133.

²⁷ Cf. J. BORTOLINI, *Como ler a Carta aos Gálatas*, op. cit., p. 33-36.

²⁸ Cf. E. S. FIORENZA, *A práxis do discipulado co-igual*, op. cit., p. 227-228.

²⁹ Cf. J. COMBLIN, *A liberdade cristã*, op. cit., pp. 25-26.

³⁰ Cf. J. COMBLIN, *O espírito no mundo*. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 65.

*liberdade consiste em permanecer aberto e disponível para escolher o que há de melhor, de mais conveniente em cada circunstância. O Espírito torna a pessoa apta para uma verdadeira opção e suprime a necessidade de buscar sempre a própria vantagem ou a própria segurança.*³⁰

O Espírito age no ser humano provocando um *discernimento*, o que indica que a liberdade não se dá numa condição normal e tranqüila. Viver em estado de liberdade não se dá por inclinação natural ou espontânea, pelo contrário, a liberdade é uma vocação construída desde uma opção nem sempre fácil, tolerada e compreensível pela sociedade estabelecida. E viver a opção pela liberdade é um desinstalar-se, um enfrentar muitos obstáculos e perseguições, uma experiência de mudança progressiva e sempre ameaçada.

Se a sociedade é dinamizada e concebida a partir do que Paulo chama: *a Lei*, isso aponta para o fato de que a liberdade incomoda, perturba. Desde o discernimento, no bojo dessa tensão, a pessoa humana torna-se preparada e apta para escolher de acordo com o bem de todos. Numa concepção paulina nenhuma estrutura vigente pode ser idolatrada ou absolutizada, por estar sempre subordinada à conveniência do presente. Em 1 Cor 10,23 diz-se: *Tudo é permitido. Mas nem tudo convém. Tudo é permitido. Mas nem tudo edifica*; passagem que recorda a relatividade de uma norma, de um sistema que não edifica, porque uma norma, por exemplo, não tem valor em si mesma.

A liberdade não pode fechar-se à interpelação do Espírito em cada realidade concreta. Interpelação que se dá pela obrigação do permanente discernimento, porque o Espírito está no discernimento e faz o discernimento, em vista de que os filhos de Deus possam escolher o que verdadeiramente edifica. Em outras palavras: a lei do Espírito substitui a lei e constitui um novo princípio de ação e um novo fundamento para os seres humanos e para a sociedade

A lei do Espírito, que vivifica em Cristo Jesus, me livrou da lei (Rm 8,2). O Espírito substitui todos os sistemas com a submissão que eles trazem consigo e também a segurança, por uma obrigação de discernimento. Em lugar de receberem um sistema pré-fabricado de normas, preceitos, gestos obrigatórios, os cristãos se acham diante da necessidade e do desafio de discernir em todos os momentos da história pessoal e social quais são, entre todas as possibilidades, as melhores, as mais convenientes, as que estão mais de acordo com o novo povo de Deus. O preço da liberdade é a obrigação de escolher e, portanto, de assumir responsabilidades. O homem comum foge das responsabilidades e por isso procura o refúgio e a cobertura de normas pré-fabricadas e determinadas por uma autoridade, de tal modo que

*os fracassos possam ser atribuídos a essa autoridade. O discernimento, porém, não está entregue às puras luzes humanas: o Espírito é quem abre os olhos para discernir. Em lugar de impor normas, o Espírito ilumina as mentes de tal modo que elas possam ver a realidade das situações e perceber o apelo de Cristo numa situação determinada. Desse modo o Espírito constitui as pessoas em estado de responsabilidade.*³¹

³¹ Idem, p. 65-66

Pensando aprofundar a experiência da liberdade que viveu Paulo, em quatro setores da sua vida: viu-se livre da lei dos judeus, da ordem romana, de estruturas eclesiais e, finalmente, de si próprio, a reflexão que segue tratará de cada um desses setores. O que ajudará a entender por que o apóstolo se preocupa tanto com a liberdade.³²

Liberdade diante do sistema judaico:

O sistema que exaltava o ser humano, e prometia vida, justiça e salvação para quem não se desviasse do caminho da lei. Sonhava com a perfeição aquele que vivia uma submissão a um conjunto de prescrições, o que levava a uma verdadeira alienação. Além da submissão o ser humano era enganado pelo fato de a promessa de perfeição não se cumprir, por isso cada indivíduo era levado a mentir para si e para os outros em vista de manter a *ficção de uma pseudoperfeição* — cf. Rm 2,1-3,20. Esse sistema

*não era apenas uma lei interior, uma lei moral inscrita no coração. Era um sistema social e cultural completo, incluindo a submissão a classes sociais privilegiadas, os sacerdotes e os doutores, um conjunto de prestações religiosas, morais, sociais que incluíam contribuições econômicas importantes. Uma grande parte do produto da nação estava reservada ao sistema da lei. Os homens piedosos obrigavam-se a manter as mordomias, o prestígio, a vaidade e a superioridade social dos que os oprimiam e exploravam. A religião exigia que bajulassem o sistema que os oprimia.*³³

³² Cf. J. COMBLIN, Paulo e a mensagem de liberdade. Em ESTUDOS BÍBLICOS 14 (1987), pp. 64-67

³³ Idem, p. 65.

Diante desse sistema Paulo viveu a experiência da libertação, o que o levou a descobrir que não precisava dos elementos que pareciam dar segurança, como: ritos, circuncisão, objetos sagrados, sinagoga, tempos sagrados, sentença dos doutores, lei, obras... Sem dúvida, para um indivíduo ser expulso da sinagoga, deixar de lado as prescrições, etc. podia levar a uma insegurança. Só na liberdade é possível viver a nova experiência. Importante compreender que o apóstolo está mostrando que na relação Deus e a criatura já não se obedece ao esquema da lei.

Ao sistema lei-obras-temor-carne-escavidão-morte sucedeu o sistema instituído por Cristo. Doravante nasce o sistema Evangelho-fé-confiança-Espírito-liberdade-vida. Cristo assume a nossa existência pelo e no seu Espírito Santo. Em

*Cristo, pelo Espírito, somos livres. Pois a autoridade de Deus já não procede da parte de fora, mas, no Espírito, ela se situa no mais íntimo da personalidade. O Espírito não se sobre põe à liberdade, mas desperta-a e alimenta-a.*³⁴

³⁴ Idem, pp. 65-66.

Liberdade face ao sistema romano:

Apesar de Paulo usar os recursos e brechas do sistema não se submeteu nem dependeu dele (cf. Fl 1,12-25; 2,9-16). Vivenciou muito conflito com o sistema romano, por isso as prisões, os processos, as condenações e comparecimentos diante dos tribunais. Como não tinha medo de morrer e nem de perder privilégios, porque não tinha, não viveu à maneira dos judeus piedosos que acabaram aceitando o sistema. O apóstolo não foi seduzido pelas cidades gregas, mas ao mesmo tempo testemunhou os chefes bajulando as massas, as religiões abusando da credulidade do povo, a primazia da riqueza e do poder e a corrupção dos magistrados. Tentou ver tudo desde o lugar dos pobres e dos vitimados, dos povos submissos e dos imigrantes orientais. Em Rm 1,18-32 Paulo desabafa a partir do que encontrou nas cidades em nível de homicídio, injustiça, perversidade, fraudes, etc. Apesar de o apóstolo ter o título de cidadão romano, sua família deveria ser importante em Tarso, não viveu como as elites judaicas que cediam aos prestígios do Império. Ele foi livre diante das estruturas do poder imperial. As comunidades formavam um povo que não dependia das estruturas do Império. Sabe usá-las quando precisa, mas não se subordina.³⁵

³⁵ Cf. C. MESTERS, *Carta aos Romanos*, op. cit., pp. 80-82.

Liberdade diante da comunidade cristã:

O apóstolo na experiência de Igreja vive também a liberdade. Sempre refere seu compromisso missionário a Cristo e a uma vocação pessoal (Gl 1,11-23). Paulo foi alguém que testemunhou o *paradigma dos leigos* — foi leigo *típico e completo*. Assume o compromisso de missionário como leigo exigindo a autonomia não na ordem temporal e sim na ordem da missão. Quanto às normas e regras que a Igreja cultivava,

*Paulo sabia muito bem que a Igreja precisava observar certas regras para manter a ordem. Sabia que a Igreja estava ligada pelas tradições que eram a herança de Jesus. Mas cria que todos esses elementos estruturais recebiam vida do Espírito que os aplicava às situações concretas e os reavivava incessantemente de acordo com as diversas necessidades. Uma coisa é aceitar as regras de disciplina interna, outra coisa é seguir a inspiração que procede do próprio Cristo mediante o Espírito Santo.*³⁶

³⁶ Idem, p. 67.

Liberdade em relação a si mesmo:

A experiência de liberdade vivida por Paulo em relação a si próprio é descrita em Rm7. Apesar de experimentar como escravidão a sua dependência do pecado, pela graça de Cristo, pela

força do Espírito, procura ultrapassar a contradição e inventar a atitude, um modo de viver que não é pecado e sim prática contra o pecado. O apóstolo sabe que não é possível viver nesse mundo sem comunicação com o pecado, mas que pode viver de acordo com uma *experiência de crucifixão na confiança, na ressurreição e na vivência das primícias do Espírito*.

Diante do critério da liberdade e do ser livre, pode-se perguntar: liberdade para quê? Importante compreender que a liberdade está em função do agir. Um agir que quer ser ação nova. O ser humano liberta-se criando liberdade dentro de suas circunstâncias e possibilidades, e ajudando a constituir e criar liberdade para o outro. E ainda: para o apóstolo a justiça não está nas coisas, mas sim na liberdade; a perfeição não está em determinada atitude de acordo com o prescrito, e sim na liberdade. Paulo é tão livre que tem a coragem de afirmar que as disposições de Moisés são obsoletas; tem coragem de percorrer o Império sabendo que, ao desvincular-se do judaísmo, vive uma religião *ilícita* e na ilegalidade — mesmo vivendo muito tempo em prisões do Império, enfrentando tribunais, magistrados romanos está sempre disposto a recomeçar na liberdade suas atividades. Diante dos desvios nas comunidades Paulo não mede esforços para denunciar: os pecados públicos, os abusos na celebração da ceia, os apóstolos rivais que se alegram com suas prisões (Fl 1,17), os falsos apóstolos que desvirtuam o Evangelho.

Para entender com profundidade o critério da liberdade em Paulo, é necessário ter claro o princípio hermenêutico fundamental de que nunca se deve tratar da liberdade na ótica das pessoas individuais isoladas. Por isso,

*o seu pensamento, a sua mensagem, a sua vida dirigem-se a Israel, ao povo de Deus. O objeto da sua preocupação é o povo de Deus. Portanto a vocação à liberdade dirige-se ao povo de Deus: é uma mensagem de liberdade para o povo. Evidentemente, a liberdade do povo é também pessoal. O povo de Deus é justamente um povo constituído da liberdade dos seus membros. Mas essa liberdade consiste num modo de relacionamento entre todos os membros. A liberdade das pessoas num povo livre é justamente o que as reúne. A liberdade é o modo de relação mútua numa sociedade livre. Uma pessoa só é livre dentro dum povo livre.*³⁷

³⁷ Cf. J. COMBLIN, *A liberdade cristã*, op. cit., pp. 27-28.

Enfim, falar da liberdade em Paulo corresponde à idéia de que ser livre é participar da vida e da destinalidade do povo de Israel, porque o povo de Israel tem seu fundamento na solidariedade de seus membros, e jamais numa lei ou dominação.

A teologia paulina convoca o povo de Deus a um processo histórico novo, sempre alicerçado na base da libertação inaugurada no Novo Testamento. Já não cabe mais a construção de um

³⁸ Idem, pp. 32-33.

povo a partir de fronteiras étnicas, culturais, geográficas e familiares — Ef 2,14-16. Há que buscar um novo Êxodo que conquiste pela liberdade o ser humano novo e a nova nação.³⁸ O fim da liberdade é social: o ser humano conquista o ser livre dentro dum povo livre; vale dizer, a liberdade é experiência de inserção livre no povo de Deus.

³⁹ Cf. J. MURPHY-O'CONNOR, *A antropologia pastoral de Paulo*, p. 218.

A verdadeira liberdade ética é fruto de uma experiência comunitária e de uma responsabilidade social. A comunidade era o *verdadeiro sujeito moral*.³⁹ Viver a partir de uma atitude individualista e irresponsável diante do outro é morrer para uma experiência de autenticidade. Em Paulo cabe a seguinte formulação: Amo, logo existo! (cf. 1Cor 13,2).

4. PAULO: MODELO DE VIDA PARA HOJE

A partir do que se refletiu até aqui, surgem questões como: o que Paulo ilumina para o agir, hoje, na atual Igreja e sociedade? Que modelo de comportamento deve testemunhar o ser humano, numa perspectiva paulina, frente ao fundamentalismo e neoconservadorismo atuais? O que significaria ser livre na atual conjuntura mundial?

Acredito que é possível encontrar muitas luzes nos escritos paulinos para responder questões como essas. Vejamos.

Se partirmos da necessidade de termos cristãos realmente transformados e libertos para atuarem como fermento de uma civilização nova, livre e justa, constata-se que muito falta por fazer. Estacionar na escravidão da norma e da lei não é somente um problema para os Gálatas. Continua sendo um problema sério até hoje, por exemplo, na Igreja. Há que praticar o evangelho da liberdade! É sabido que,

*se a Igreja ceder à tentação da vontade de segurança e voltar ao sistema de defesa que é a lei — defesa contra o seu próprio medo e sua própria insegurança — ela abandona de fato o evangelho. Ela poderá falar coisas muito bonitas sobre Deus, Jesus, a Igreja, os sacramentos e a fé: mas o Deus de que ela fala não é o verdadeiro Deus, mas o fantasma da sua insegurança; o Jesus de quem fala não é o verdadeiro Jesus, mas um fetiche que lhe dá tranqüilidade e estabilidade; os sacramentos não são verdadeiros sacramentos, mas drogas que ajudam a dormir; e a Igreja é o refúgio de todos os que têm medo da vida. O evangelho é a proclamação da liberdade e o apelo à liberdade: apelo ao homem para assumir os desafios de sua existência perigosa no meio dum mundo perigoso.*⁴⁰

⁴⁰ Idem, p. 50.

Uma tarefa grande e séria que temos no seio das instituições e da sociedade é remover as estruturas de dominação e discrimi-

nação, e procurar substituí-las por experiências e espaços de liberdade, o que é uma tarefa inadiável. O que importa é ser unido no essencial e tolerante no acidental (Rm 14,5-9). Daí a convicção de que em estruturas arcaicas e autoritárias não se pode gerar pessoas adultas e livres, sociedades humanizadoras e inclusivas. O que adianta uma Instituição apresentar uma doutrina oficial, por exemplo, no campo da sexualidade, da reprodução humana ou da família, onde a liberdade ocupa um lugar ridículo? Não adianta insistir em um discurso jurídico, casuístico e legalista, porque o povo não acata ou nem sequer toma conhecimento. Por isso a situação de anomia, frustração e descrença diante de muitos pronunciamentos e discursos eclesiais. Tudo contribui para uma verdadeira negação da liberdade. Não adianta querer segurar o mundo moderno e pós-moderno através de uma organização rígida, centralizadora e dominada por verdades ou normas perenes, absolutas e universais.⁴¹

A experiência de apegar-se à lei é um dos problemas não só dos gálatas, mas também da Igreja atual. Hoje ainda se vive o equivalente da Lei.⁴² Isso tem gerado na vida da Igreja muita injustiça, falta de criatividade, silêncio obsequioso, dominação cruel, frieza diante de algumas experiências humanas, inércia de estruturas, falta de caridade, etc. Onde fica a prática da liberdade como vivência de um permanecer aberto e disponível para escolher o que existe de mais importante e conveniente em cada realidade? Onde fica, antes da lei/norma, a caridade diante de situações reais do povo quando se nega o diálogo, a sensibilidade, o perdão e a acolhida?

A experiência da Lei ocorre também no seio da sociedade latino-americana. As nações, os partidos políticos, as instituições, os grupos sociais apegam-se a sistemas, estruturas com medo de perderem a identificação ou a luta pela sobrevivência num mundo onde reina o sistema econômico ditatorial centrado nos países do Primeiro Mundo. Ou seja: todas as entidades da sociedade defendem os seus sistemas de todas as maneiras, consequentemente aceitam fraudes, injustiças, mentiras, homicídios, exclusões. Realidade vivenciada não só por conservadores, os próprios movimentos de libertação são suscetíveis de serem sistemas de dominação. Todos buscam a subordinação ao sistema por considerá-lo capaz de protegê-los, não percebendo que o mesmo é uma nova forma de escravidão. Não há dúvida de que não existe sociedade sem regra, ordem, moral, organização ou estrutura, mas o problema é não vivenciar o Espírito que torna todos livres diante de todas as estruturas existentes. O Espírito capacita a todos para uma verdadeira opção e suprime a necessidade de buscar a segurança e o privilégio através da lei — 1Cor 10,23-24.

⁴¹ Cf. J. COMBLIN, *A liberdade cristã*, op. cit., p. 78.

⁴² Cf. J. COMBLIN, *Teologia da reconciliação: ideologia ou reforço da libertação?* Petrópolis, Vozes, s/d, pp. 82-83.

Dentro do contexto o Espírito leva a pessoa humana a um discernimento, tornando-a apta para optar de acordo com o bem de toda a humanidade. Não há sistema ou estrutura que sejam portadores do Espírito por si próprios, por isso o Espírito capacita, à luz do discernimento, para escolher o que edifica. Enfim, não cabe a ninguém o receber um sistema pré-fabricado de preceitos, normas. A exigência é discernir em todos os momentos da história pessoal, familiar, eclesial e societária, quais são as possibilidades mais convenientes, as que estão de acordo com o novo povo de Deus.⁴³

⁴³ Cf. J. COMBLIN, *O Espírito no mundo*, op. cit., p. 66.

Analisando a condição da história humana e social no presente constata-se que a libertação está caminhando, mas longe de ser o esperado. Paulo diz que já não há mais dominação entre gregos e judeus, sábios e ignorantes, homem e mulher, senhores e escravos (1Cor 12,13; Gl 3,28; Cl 3,11) — mas sabemos que essa proclamação não é realidade entre nós. Todos os dias os meios de comunicação (jornais, rádio, TV, Internet) noticiam sobre guerras, violências, mortes, discriminações... que revelam a face da crueldade imperante no mundo. Há que dizer que o que Paulo anuncia é o início de um processo de superação. Ele não era vidente e nem tinha recebido o Espírito para conhecer o futuro, era filho do seu tempo e pode ser que pensasse que tudo seria muito rápido, vale dizer, achasse que o advento do reino de Jesus seria iminente. A história sempre revela nossos erros, ilusões e absurdos.

Se partirmos do fato de que no tempo de Paulo era impossível um movimento ou um processo histórico capaz de ser uma base forte e concreta para a libertação dos escravos, porque isso supõe um novo modelo societário no nível sócio-econômico, tudo leva a crer que Paulo pensava que a conversão era suficiente. Aí está a confiança na liberdade e o apelo à liberdade! A história tem mostrado que o apelo à liberdade é não suficiente para superar as dominações e explorações presentes no processo histórico. A história tem sido um desmentido constante à liberdade. Por isso a humanidade apresenta novas estruturas sociais para *estabilizar um pouco a instabilidade da liberdade*, mas aos poucos as novas estruturas são cooptadas a serviço da dominação se as pessoas humanas não são livres ou não se sentem em movimento de libertação. A história das sociedades é uma permanente interferência do apelo à liberdade e das tentativas de institucionalização de estruturas sociais, políticas e econômicas novas. Daí a história de reformas e contra-reformas, de nascimento e morte de impérios, de surgimento e desaparecimento de instituições.

A história permanece numa luta acirrada entre o sonho da liberdade e a situação de escravidão, entre o processo de libertação e a realidade de dominação e exclusão. Nessa direção pode-se:

*não pensemos que as aspirações para a liberdade sejam muito fortes: humanamente elas são tão fracas e tão isoladas que não têm possibilidade nenhuma de êxito: elas têm as promessas do Espírito sem as quais seria melhor desistir logo. Pois a tendência espontânea das pessoas não é para a liberdade e sim para a segurança e a tranqüilidade. Para conseguir tais bens os homens fazem os maiores sacrifícios e sacrificam todas as liberdades. A vontade de sobreviver é tão forte que o homem se adapta a qualquer forma de dominação para poder viver; e, num nível um pouco superior, para ter algumas garantias de tranqüilidade. Há uma aliança tácita entre as estruturas estabelecidas de uma sociedade e o apego de cada membro a si mesmo, às vantagens, por modestas que sejam, que conseguiu acumular. A partir do momento em que uma pessoa tem alguma coisa, começa a tendência para conservar o que tem, pagando o preço que for preciso.*⁴⁴

⁴⁴ Idem, p. 67.

As forças do Espírito estão agindo! Contudo há que compreender que o povo de Deus não é composto por pessoas que constituem uma totalidade política ou social ao lado das outras. Tampouco o povo de Deus é dono da história. Na história deparamos com mecanismos culturais, políticos e econômicos independentes das decisões cristãs. O poder de influir nos modelos históricos é limitado. Esses modelos são definidos e construídos por forças históricas, fatores geográficos ou geopolíticos, pelas ligações com impérios que não é possível uma comunidade cristã controlar. Importante é ser povo-fermento que sonha e luta pela liberdade, o que implica também trabalhar pelo surgimento de novas estruturas sociais e outro modelo de sociedade. O Espírito está sempre presente às forças materiais do movimento histórico: a sua palavra e a sua força estão presentes como fermento que age e mobiliza os seres humanos para o agir transformador. Imbuído desse Espírito o povo de Deus é a reunião de pessoas humanas cheias de boa vontade que procuram acreditar e construir estruturas de liberdade na realidade social (1Cor 9,19-23;10,33). Não procurando a vantagem pessoal, mas a libertação em vista de um povo livre, soberano e justo. Apesar de que, quando Paulo em Rm e Gl fala de libertação não quer se referir a uma parte da humanidade oprimida por outra, mas da humanidade prisioneira de si mesma ou atada por si mesma, não é menos verdade que o tema da libertação se refere ao povo de Deus, portanto de uma história concreta.

Contra uma interpretação de Paulo que apresenta a salvação em termos estáticos e individualistas, é importante resgatar o aspecto do evangelho paulino que anuncia a ação do Espírito num processo histórico.

⁴⁵ Cf. W. A. MEEKS, *As origens da moralidade cristã*, op. cit., pp. 207-214.

⁴⁶ Idem, p. 213.

⁴⁷ Idem, pp. 213-214.

⁴⁸ Cf. J. COMBLIN, *As grandes incertezas na Igreja atual*. Em *REB*, 265 (2007), p. 56.

⁴⁹ O poder de Deus se dá a partir das seguintes fraquezas: a) a fraqueza de seu Filho sobre a cruz (1Cor 1,17-25); b) a fraqueza de seu povo de Corinto (1Cor 1,26-31); c) a fraqueza de Paulo, seu apóstolo (1Cor 2,1-16). Com essas fraquezas se patenteia a sabedoria de Deus: *o que é fraqueza para o mundo, foi o que Deus escolheu para a confusão da força* (1Cor 1,27).

Também os escritos paulinos apontam para uma moralidade que apresenta características interessantes para o agir na atualidade. Entre essas características pode-se destacar: a) uma *ética polifônica*: ela está *aberta às vozes das consciências de muitos: da tradição, da Escritura, do fraco, do forte, do costume temporal honrado, do evangelho radicalmente novo*;⁴⁵ b) importa uma *confiança moral, não certeza moral*: as pessoas e as comunidades correm um risco sério ao quererem certezas, absolutos e universais em questões morais. Importante que cada atitude, compromisso e projeto passe por um discernimento à luz das necessidades de cada situação concreta, para isso exige-se comunidades misericordiosas, cuidadosas e responsáveis pela vida humana. Também muitas vezes uma confiança moral nasce em algo que está *extra nos*;⁴⁶ c) *Deus tende a surpreender*: uma interpretação da ação de Deus na história, desde a perspectiva paulina, revelará que Deus sempre tem uma maneira própria e surpreendente de se manifestar. Ele não segue nos códigos pré-fixados, o que nos ensina que moral nunca poderá ser fixada de uma vez por todas, ela é um processo permanente de construção.⁴⁷

Terminando, diante de um mundo tão complexo e difícil⁴⁸ a teologia de Paulo nos ensina que a mensagem de Jesus será conhecida por pessoas de liberdade libertada pela força de Deus; força de Deus que se manifesta no fato de que os seres humanos são desprovidos de todas as formas de poder (1Cor 2,5).⁴⁹ Ademais, há que viver a partir da sabedoria, a qual será habitualmente uma forma de coexistência entre a Boa-nova e as situações históricas. A sabedoria é realista! A ética há de ser um clamor de liberdade diante de toda tentativa em absolutizar o que de per si é relativo, não perene e universal.